

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR-CPPD

ATA/REUNIÃO Nº 11

DATA - 05/05/97

LOCAL - IPLAM

PARTICIPANTES:

MEMBROS NATOS TITULARES E SUPLENTES - IPLAM: PAULO CÉSAR DE SOUSA BATISTA E PRISCO BEZERRA JÚNIOR; PGM: FÁTIMA NÓBREGA; FCF: JOSÉ CAPELO; SSP: RENATO PARENTE; EMLURB: ARNALDO PINHEIRO.

MEMBROS REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTES - ACEC: SYLVIO MOREIRA DUQUE; UCGF: JOSÉ MARIA E EDILSON BARBOSA; AGB: PEDRO JOSÉ CAPIBARIBE E MARIA CLÉLIA LUSTOSA; IAB: JOAQUIM CARTAXO.

SECRETÁRIO EXECUTIVO - FRANCISCO SALES

MEMBROS DO CNDU - ROBERTO CRAVEIRO E JURACI NEVES

TÉCNICO SMDT - TEODORA XIMENES

PAUTA

- APRECIÇÃO DO PROCESSO Nº 6684/96 RELATIVO A UMA CONSULTA PRÉVIA DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO COM COMÉRCIO E SERVIÇOS MÚLTIPLOS.
- DISCUSSÃO DAS MODIFICAÇÕES PROPOSTAS AO PROJETO DE LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO.

PALAVRA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

O Presidente da CPPD, Dr. Paulo César Batista, iniciou a reunião explicando que o processo em pauta tinha sido adiado da reunião anterior realizada no dia 23/04/97, e solicita em seguida que o membro da CNDU proceda aos esclarecimentos necessários para uma maior compreensão das implicações do empreendimento, notadamente no que se refere as informações contidas no relatório de impacto no sistema de transporte - RIST.

PALAVRA DO MEMBRO DA CNDU

O membro da CNDU, Dr. Roberto Craveiro, esclareceu que o processo datava de 1996, e que portanto poderia ser analisado à luz da Lei nº 5122A/79 passando desde então por um processo de negociação, em especial quanto a estacionamento, recuos, acessos e localização da carga e descarga no interior do lote.

Foi ressaltado e demonstrado através de gráficos contidos no RIST, a atual situação de fluxo de veículos na área em todos os sentidos do rotatório da praça Portugal e que a solução sugerida ao interessado relativas ao acesso, não agravaria a situação existente.

PALAVRA DOS MEMBROS DA CPPD

Foi levantada a possibilidade de que o interessado no processo pudesse recorrer a justiça com fundamento na Lei nº 5122A/79 uma vez que os parâmetros propostos atendiam as exigências desta legislação.

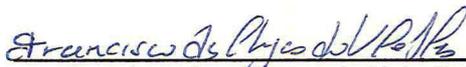
Uma outra preocupação foi quanto ao estacionamento no sub-solo, questionando-se quanto a viabilidade da taxa de permeabilidade.

Após as explicações de ordem jurídica e técnicas os representantes da AGB, solicitaram vista do processo para uma melhor apreciação do RIST.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nas discussões finais ficaram acertadas as datas das próximas reuniões para o dia 23/05/97 quando se voltaria a analisar processos e no dia 02/06/97 a retomada das discussões relativas a Lei de Parcelamento do Solo.

Fortaleza, 05 de maio de 1997


Francisco das Chagas do Vale Sales
Secretário Executivo da CPPD